

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ____ 2021

(Do Sr. Deputado Ivan Valente)

Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, **SR. ANDERSON TORRES**, informações relativas ao emprego da Força Nacional de Segurança para possíveis intervenções em Estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, **SR. ANDERSON TORRES**, informações relativas ao emprego da Força Nacional de Segurança para intervenções em Estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores. Assim, apresentamos os seguintes questionamentos:

1. Artigo de autoria do Jornalista Leonardo Sakamoto, publicado no Portal UOL, afirma que “*discute-se no governo federal ressuscitar a tese de que a Força Nacional pode ser usada para intervenções em estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores, bastando uma ordem ministerial*”¹.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) está elaborando, ou sendo consultado na elaboração, da edição de ato normativo que possibilite o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) em intervenções nos estados e

¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/08/26/a-revelia-de-stf-e-estados-governo-estuda-intervencao-com-forca-nacional.htm>. Acesso em 26 de agosto de 2021.



no Distrito Federal sem a anuência de governadores? Qual foi a motivação que fundamentou a elaboração do ato supracitado?

2. A Portaria nº 493, de 1º de setembro de 2020, autorizou o emprego da FNSP em apoio ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), nos municípios de Prado e Mucuri, no Estado da Bahia, o que veio a ser questionado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em seu voto no referendo da medida cautelar na Ação Cível Originária 3.427 de 24 de setembro de 2020, o Excelentíssimo Ministro Luiz Edson Fachin destaca:

O Decreto 5.289/2013 disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública. Tal programa realiza-se nos termos da Lei 11.473/2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública. Nesses termos, não se caracteriza como uma instituição federal, mas uma cooperação federativa, visto que o efetivo da Força Nacional é composto por membros voluntários cedidos pelos estados da federação.

Trata-se de mecanismo distinto daqueles regulados para os casos de intervenção federal (arts. 34 e 36 da CF) ou de utilização das Forças Armadas para garantia da lei e da ordem (art. 15 da CF e art. 15 da LC 97/99). Percebe-se, portanto, que o regime para mobilização da Força Nacional deve se determinar em conformidade com as balizas constitucionais, de modo a evitar qualquer utilização abusiva que possa caracterizar uma espécie de intervenção federal ilegítima e sem consideração dos limites constitucionais para tanto².

Considerando que o STF já avaliou que não tem respaldo constitucional a interpretação de que o decreto que regula a FNSP permita que ela atue nos

² Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15345250499&ext=.pdf>. Acesso em 26 de agosto de 2021.



Estados à revelia dos governadores, qual a base normativa para que o MJSP se debruce novamente sobre esse tema?

- 3. Este Ministério entende que a edição de ato normativo que permita o emprego da FNSP para intervenções em Estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores viola o pacto federativo, cláusula pétrea da Constituição Federal?**
- 4. Este Ministério entende que a natureza da intervenção suscitada viola o marco legal para emprego da FNSP, disposto na Lei nº 11.473, de 2007, em especial o que consta do parágrafo único de seu artigo 2º, que garante que as atividades de cooperação federativa têm caráter consensual e serão desenvolvidas sob a coordenação conjunta da União e do Ente conveniente?**
- 5. Ainda no escopo da matéria supracitada, houve consulta aos governos estaduais sobre a elaboração de eventual ato normativo que permita o emprego da FNSP para intervenções em Estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores?**
- 6. Na avaliação deste Ministério, a intervenção da FNSP sem a solicitação do Estado-membro pode configurar crime de responsabilidade dos agentes públicos envolvidos?**
- 7. O Presidente da República, Jair Bolsonaro, ou qualquer um de seus filhos ou aliados, incluindo ministro(s), parlamentar(es) ou agente(s) público(s), pressionou, orientou, recomendou, aconselhou ou advertiu, direta ou indiretamente, qualquer agente público a respeito da elaboração de ato normativo que permita o emprego da FNSP para intervenções em estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores?**
- 8. Os pedidos anteriores abrangem a íntegra do(s) processo(s) formalmente constituído(s) nesta Pasta para tratar do tema, incluindo notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões e manifestações das instituições supracitadas relacionados à elaboração da referida Portaria.**



JUSTIFICAÇÃO

Artigo do Portal UOL³ de 26/08/21 afirma que *“discute-se no governo federal ressuscitar a tese de que a Força Nacional pode ser usada para intervenções em estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores, bastando uma ordem ministerial”*.

O artigo, assinado pelo colunista do UOL, Leonardo Sakamoto, destaca que a avaliação é que o uso da Força Nacional seria mais simples que o das Forças Armadas caso Jair Bolsonaro queira colocar tropas nas ruas sob a justificativa de conter "revoltas" da população em nome da "preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas".

É importante ressaltar que a Lei nº 11.473, de 2007, ato normativo que regulamenta o emprego da FNSP, estabelece a cooperação federativa entre a União e o ente federado como condicionante para a mobilização de contingente, como consta do parágrafo único de seu artigo 2º:

Parágrafo único. As atividades de cooperação federativa têm caráter consensual e serão desenvolvidas sob a coordenação conjunta da União e do Ente conveniente.

Desta forma, fica evidente que o pressuposto necessário de sua mobilização é o acordo entre o ente federativo que tenha a competência originária para a atividade de segurança pública a ser reforçada, e a União.

O STF já avaliou que não tem respaldo constitucional a interpretação de que o decreto que regula a Força Nacional permite que atue nos estados à revelia dos governadores. Em seu voto⁴ no referendo da medida cautelar na Ação Cível Originária 3.427 de 24 de setembro de 2020, o Excelentíssimo Ministro Luiz Edson Fachin destaca:

O Decreto 5.289/2013 disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de

3 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/08/26/a-revelia-de-stf-e-estados-governo-estuda-intervencao-com-forca-nacional.htm>. Acesso em 26 de agosto de 2021.

4 Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15345250499&ext=.pdf>. Acesso em 26 de agosto de 2021.



cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública. Tal programa realiza-se nos termos da Lei 11.473/2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública. Nesses termos, não se caracteriza como uma instituição federal, mas uma cooperação federativa, visto que o efetivo da Força Nacional é composto por membros voluntários cedidos pelos estados da federação.

Trata-se de mecanismo distinto daqueles regulados para os casos de intervenção federal (arts. 34 e 36 da CF) ou de utilização das Forças Armadas para garantia da lei e da ordem (art. 15 da CF e art. 15 da LC 97/99). Percebe-se, portanto, que o regime para mobilização da Força Nacional deve se determinar em conformidade com as balizas constitucionais, de modo a evitar qualquer utilização abusiva que possa caracterizar uma espécie de intervenção federal ilegítima e sem consideração dos limites constitucionais para tanto.

Não é a primeira vez que o governo Bolsonaro tenta interferir nas instituições para promover medidas de exceção. Admitir-se a manutenção dessa lógica significa permitir que o Presidente da República tenha sob seu comando uma verdadeira polícia política, cujas ações podem ser direcionadas para perseguir seus adversários e desafetos, típico de regimes autoritários, além de proteger seus aliados.

O Decreto nº 5.289, de 2004 é o ato normativo que cuida mais detalhadamente da Força Nacional de Segurança Pública. O ato regulamentar reitera, no artigo 2º, o caráter de complementaridade desse aparato às ações dos demais entes e ressalta que o seu emprego se dá com base na cooperação federativa. Os artigos 1º e 2º são suficientes a tal conclusão:

*Art.1º – Este Decreto disciplina as regras gerais de organização e funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do **programa de cooperação federativa** denominado Força Nacional de Segurança Pública, ao qual poderão voluntariamente aderir os Estados interessados, por meio de atos formais específicos.*

*Art.2º – A Força Nacional de Segurança Pública atuará em atividades destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas hipóteses previstas neste Decreto e no ato formal de **adesão dos Estados e do Distrito Federal**. (Redação dada pelo Decreto nº 7.318, de 2010). (grifos nossos).*

A redação original do artigo 4º do referido decreto dispunha, em harmonia com a Lei



nº 11.473/2007, que o emprego da FNSP depende de solicitação do governador do Estado ou do Distrito Federal. Não obstante, em 2013 esse dispositivo foi alterado para incluir a hipótese de mobilização da FNSP também por solicitação de Ministro de Estado. Eis o atual teor do dispositivo:

Art. 4º – A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado. (Redação dada pelo Decreto nº 7.957, de 2013)

A hipótese de convocação da FNSP a partir de solicitação de Ministro de Estado deve, por óbvio, ser interpretada à luz da Lei nº 11.473/2007 e, fundamentalmente, da Constituição Federal. Nesse sentido, não pode servir de sucedâneo à intervenção federal em um ente federativo.

Assim, é manifestamente inconstitucional e ilegal o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em atividade de segurança preventiva, ostensiva ou investigativa, originariamente de responsabilidade de um Estado ou do Distrito Federal, por mera solicitação de um Ministro de Estado, salvo, eventualmente, em situações de intervenção federal.

Não é a primeira vez que o PSOL se debruça sobre esse tema. O Projeto de Decreto Legislativo 829/2013, de autoria do Deputado subscritor desse requerimento, apresentado em abril de 2013, visa sustar o decreto que possibilitou que ministros de Estado convocassem a Força Nacional.

Como argumentamos na ocasião da edição do Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013 e reforçamos novamente agora, trata-se da possibilidade de permitir uma intervenção federal “disfarçada”- nada mais.

É neste contexto que apresentamos o presente requerimento de informações.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2021.

Ivan Valente
PSOL/SP

Apresentação: 27/08/2021 17:37 - Mesa

RIC n.1101/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ivan Valente

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219893475300>

